

ALMG dá início à discussão do Plano Estadual de Educação

□ A importância da participação popular na iniciativa foi destacada pelos parlamentares

A importância da participação popular na elaboração do Plano Estadual de Educação foi destacada pelos deputados, ontem, na Assembleia Legislativa (ALMG). O debate público Plano Estadual de Educação: Fundamentos para Discussão e Monitoramento, promovido pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, reuniu autoridades, especialistas e educadores para discutir as estratégias e metas para o ensino público nos próximos anos. A programação do evento durou todo o dia.

“Debates, que chegarão a 12 macrorregiões do Estado, devem colaborar para um plano realista”

O presidente da Comissão de Educação, deputado Paulo Lamac (PT), destacou que esse encontro foi o ponto de partida para ampliar as discussões visando aperfeiçoar o Plano Estadual, que será atualizado por meio de um projeto de lei a

ser encaminhado à ALMG pelo Governo do Estado. Ele relatou que os debates, que serão levados a 12 macrorregiões do Estado, devem colaborar para a elaboração de um planejamento realista. O deputado contou ainda que as sugestões apresentadas serão posteriormente debatidas, analisadas pela comissão e poderão ser incorporadas ao plano, submetido à aprovação do Plenário.

Os deputados Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) e Douglas Melo (PSC) também destacaram a importância da participação popular na elaboração do Plano Estadual de Educação. Já os deputados Rogério Correia e Professor Neivaldo (ambos do PT), assim como a deputada Geisa Teixeira (PT), parabenizaram o Governo do Estado por ter encaminhado à Assembleia o Projeto de Lei (PL) 1.504/15, que trata da política remuneratória dos servidores da Educação.

Segundo o representante do Ministério da Educação, Geraldo Grossi Júnior, o planejamento estadual é importante para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). “Há uma consciência coletiva sendo criada, que enfatiza a necessidade de planejamento e constrói uma parceria



Encontro ampliou discussão sobre tema, que será objeto de proposição a ser encaminhada à Assembleia

da União com governos estaduais e municipais”, concluiu.

A coordenadora do Projeto de Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar da Defensoria Pública, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, destacou a importância do trabalho em parceria e de articulação em rede. Já Guiomar Maria Jardim Leão, ouvidora educacional da Ouvidoria-Geral do Estado, enfatizou que os dados e estatísticas do órgão estão à disposição para uma análise das sugestões, reivindicações e críticas da população.

A diretora da Fundação Educacional Caio Martins (Fucam), Maria Tereza Lara, afirmou a relevância da educação como instru-

mento de prevenção de diversos problemas sociais.

HISTÓRIA - Segundo o presidente da Fundação Joaquim Nabuco, Paulo Rubem Santiago, no painel “Construção coletiva, avaliação e monitoramento dos Planos Decenais de Educação: o papel do Parlamento e das organizações da sociedade civil”, a formação histórica do Brasil é a grande causa dos passivos educacionais existentes na atualidade. Para ele, o Plano Estadual de Educação deve ser visto não como um método escolar, mas sim de desenvolvimento e emancipação dos fatores históricos geradores da desigual-

dade e da exclusão.

Já o consultor legislativo da Câmara dos Deputados, Paulo Sena, destacou que a sustentabilidade financeira é fundamental para a execução adequada do atual PNE. Além disso, reforçou a importância de uma construção coletiva dos planos pelos diversos atores educacionais.

De acordo com a coordenadora do Fórum Estadual de Educação, Suely Duque Rodarte, dos 853 municípios mineiros, apenas nove possuem planos já homologados. Apesar disso, ela considerou que o Estado está preparado para receber e dar continuidade ao PNE.

Secretária Macaé Evaristo afirma que jovens de 15 a 17 anos serão prioridade

Melhorar o atendimento escolar para jovens entre 15 e 17 anos e reformular as formas de avaliação da educação serão, segundo a secretária de Estado de Educação, Macaé Evaristo, as prioridades do Plano Estadual de Educação. No painel “Apresentação do Panorama da Educação em Minas Gerais”, a secretária salientou que o analfabetismo entre pessoas acima

de 15 anos, em Minas Gerais, alcançou 7,6% e está acima da média da região Sudeste, de 4,8%.

“Pesa nesse ponto, o tamanho do Estado e as características das cidades, que têm grande extensão territorial e, muitas vezes, têm como única renda o Fundo de Participação dos Municípios”, explicou Macaé Evaristo.

As formas de avaliar a educação no Estado foram criticadas pela secretária, que disse ser necessário repensar o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simade). Ela salientou que Minas foi o primeiro estado do País a implantar um sistema de avaliação educacional, mas que é preciso avançar. A simultaneidade entre as provas estaduais e as nacio-

nais foi uma das críticas.

PAINÉIS – Na parte da tarde, outros dois painéis foram expostos no debate. Eles trataram da concepção e dos desafios para a execução do projeto e do alinhamento do Plano Estadual de Educação ao PNE.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
DESEMBARGADOR PEDRO C. BITENCOURT MARCONDES

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO REZENDE TEIXEIRA

Diretor-Geral da Imprensa Oficial
EUGÊNIO FERRAZ